

## ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA

1 Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos,  
2 no Auditório Régia Maria Nântua de Andrade Nóbrega – SEMACE, realizou-se a 196ª Reunião  
3 Ordinária do COEMA, sob a Presidência do Dr. Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa (Presidente do  
4 Conselho de políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM) e Maria Lúcia de Castro Teixeira,  
5 Secretária Executiva do Coema - (Superintendente da Semace) e as presenças das Conselheiras e dos  
6 Conselheiros: Ricardo Costa e Silva e Najila Rejanne Julião Cabral (SECITECE); Olga Valéria Barbosa  
7 Teixeira (Secretaria do Turismo – SETUR); Osvaldo Segundo Costa Filho (Secretaria do  
8 Desenvolvimento Agrário - SDA); Iranir Rodrigues Loiola (Secretaria da Educação – SEDUC); Eduardo  
9 Henrique Cunha Neves (Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico – CEDE); Francisco José  
10 Mendes Gifoni (Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG); Luiz Carlos Rocha da  
11 Mota (Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH); Oyrton Azevedo de Castro Monteiro Júnior  
12 (Universidade de Fortaleza – UNIFOR); Vlândia Pinto Vidal de Oliveira (Universidade Federal do Ceará –  
13 UFC); Nadja Maria Sales de Vasconcelos (Universidade Estadual do Ceará – UECE); Raimundo Alberto  
14 Queiroz (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA); Luiz Pragmácio Telles (Associação dos  
15 Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE); Henrique Torres de Melo (Federação da Agricultura do Estado  
16 do Ceará – FAEC); Antônio Renato Lima Aragão (Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC);  
17 José Militã de Almeida Neto ( Fed. Dos trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Ceará –  
18 FETRAECE); José Maria Freire (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará – SENGE); Jorge Luiz  
19 Braga (Associação dos Engenheiros Agrônimos do Ceará – AEAC); José Eduardo Figueredo Araújo  
20 Júnior (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Deputado Augustinho Moreira (Assembléia  
21 Legislativa-Comissão dos Recursos Hídricos); Francisco José de Sousa (Centro Cultural para o  
22 Desenvolvimento Sustentável – GERMINARE); João Fernando de Abreu Menescal (Associação Brasileira  
23 de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES) e Genário Azevedo Ferreira (Fundação Cepema).

24 Pauta:

- 25 I. Abertura da Sessão e verificação do quorum.
- 26 II. Informes da Secretaria Executiva.
- 27 III. Informes do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM
- 28 IV. Ordem do dia:
  - 29 1. Apresentação, discussão e votação da Minuta de Proposta de Resolução sobre Agricultura  
30 Familiar.
  - 31 2. Apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 102/2011-COPAM-NUCAM  
32 referente ao Aterro Sanitário Consociável dos municípios Paracuru, Paraipaba e Trairí de  
33 interesse da Secretaria das Cidades com audiência pública realizada no dia 26/11/10.
  - 34 3. Apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 88/2011-COPAM-NUCAM  
35 referente ao Projeto Barragem Fronteiras de interesse da Departamento Nacional de Obras  
36 Contra as Secas – DNOCS, com audiência pública realizada no dia 19/11/10.
  - 37 4. Apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 96/2011-COPAM-NUCAM  
38 referente ao Projeto de Obras de Urbanização do Rio Cocó nos trechos de início da BR 116  
39 e término na Avenida que liga o Conjunto Palmeiras ao Conjunto Ceará, município de  
40 Fortaleza, de interesse da Secretaria das Cidades com audiência pública realizada no dia  
41 29/11/10.
- 42 V. Palavra Facultada.
- 43 VI. Encerramento.

44 O Presidente da Mesa, doutor Paulo Lustosa inicia a reunião fazendo a verificação do quorum,  
45 saudando todos os Conselheiros e presentes facultando a palavra para a Secretária Executiva,  
46 doutora Lúcia Teixeira. A Secretária Executiva, doutora Lúcia Teixeira saúda os presente, diz que  
47 é um prazer mais uma vez estar na companhia dos conselheiros e apresentando o Presidente do  
48 Conpam, o Dr. Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa e que tem o prazer em tê-lo no Conselho.  
49 Inicia os informes da Secretaria Executiva informando sobre o lançamento da segunda edição do  
50 livro “O Olhar de Cada Um”. Diz também que essa segunda edição já teve um lançamento  
51 dentro da Semace e que já tem programada uma exposição em fevereiro sobre as unidades de  
52 conservação onde vai ser apresentado no Dragão do Mar. Passada a palavra para o doutor Paulo  
53 Henrique que fez um breve comunicado: “ Falar do prazer em estar aqui com vocês, do nosso

## ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA

54 *compromisso de aprofundarmos e de darmos sequência de algum trabalho que o COEMA veio a*  
55 *fazer Essa resolução eu acredito que a grande maioria dos agricultores vai agir de boa fé e fazer; de*  
56 *aprimorarmos a relação do CONPAM, COEMA e SEMACE no fortalecimentos dos Órgão Estaduais de*  
57 *Meio Ambiente que é a determinação que nos foi dada pelo Sr. Governador quando nos convidou*  
58 *para assumir a Presidência do Conpam. Na minha visão parte de qualquer estratégia no*  
59 *fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente é um resgate para o Conselho e isso temos*  
60 *que trabalhar numa pauta mais ampla para o COEMA, uma pauta sem o prejuízo da importante*  
61 *função e disposição dos empreendimentos que estão criticando o licenciamento. Mas que também*  
62 *abram espaços para discussões de próprias políticas do Estado e instrumentos para fazerem valer as*  
63 *deliberações desse conselho. Então, estamos compromissados em trabalhar nisso.”* Passada a a  
64 palavra para a Secretária, doutora Lúcia Teixeira, que antes de iniciar a ordem do dia entregou  
65 ao Presidente uma Proposta de reorganização, interiorização da Semace. Disse também que isso  
66 já vinha sendo trabalhado há alguns meses, isso foi fruto de um grupo de trabalho aqui composto  
67 pelo Felipe, Arilo e mais algumas pessoas que estudavam do ano passado para cá de várias  
68 possibilidades de melhorar o trabalho da Semace. Na proposta seriam mais seis sendo que duas  
69 áreas mais atingidas pela atividade econômica nós colocaríamos um escritório; um Complexo  
70 Industrial do Pecém porque já tem Sede da Semace. Como os senhores já sabem esta sendo  
71 construída a Sede da Semace com a compensação da SRH, então é a SRH quem está  
72 construindo. Informa que esses são os primeiros estudos da Semace, a primeira sugestão de  
73 três meses de estudo que foram entregues aos Conselheiros e ao Presidente e disse ainda que as  
74 sugestões podem ser encaminhadas ao Conpam e para a Semace. Passando para o segundo  
75 informe são algumas justificativas de falta dos Conselheiros: Dr. Anastácio da PGE, Laila Souza  
76 da URCA e Conselheiro Odilo Almeida do IAB. Informa também que a ATA da reunião passada  
77 não foi enviada, porque não terminou em tempo regimental por motivo de várias audiências  
78 públicas e que a Sandra viaja para as audiências para secretariar e fazer as gravações. Disse  
79 também que teve inclusive que mandar grupos diversos em urgência, porque era de uma  
80 Prefeitura que tinha um empreendimento muito urgente e precisava ser realizada a audiência  
81 pública e a Sandra estava em outro município. Foram sete audiências públicas que são  
82 antecedidas por uma Comissão que vai na frente para fazer a divulgação. O Presidente, doutor  
83 Paulo Lustosa coloca em votação a solicitação de inversão de pauta com relação aos pareceres de  
84 interesse da Secretaria das Cidades serem apresentados primeiro e logo em seguida a Proposta  
85 de Resolução referente a agricultura familiar e o parecer de interesse do DNOCS. Ficando a  
86 solicitação de inversão de pauta aprovada por unanimidade. Inicia a ordem do dia com  
87 apresentação, discussão e votação da Minuta de Proposta de Resolução sobre Agricultura  
88 Familiar. Passada a palavra para a Secretária, Lúcia Teixeira, que inicia a ordem do dia com  
89 apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 96/2011-COPAM-NUCAM referente ao  
90 Projeto de Obras de Urbanização do Rio Cocó nos trechos de início da BR 116 e término na  
91 Avenida que liga o Conjunto Palmeiras ao Conjunto Ceará, município de Fortaleza, de interesse  
92 da Secretaria das Cidades com audiência pública realizada no dia 29/11/10. Passada a palavra  
93 para o senhor Marcelo, Arquiteto da Secretaria das Cidades que fez uma exposição do projeto.  
94 Findada a apresentação o Presidente, doutor Paulo Lustosa declarou o início do debate dando  
95 cinco minutos de acordo com o regimento para os comentários. A Conselheira Vlândia da UFC  
96 parabeniza o empreendimento e quer apenas um esclarecimento com relação ao Plano de  
97 Manejo. Respondido pelo arquiteto Marcelo da Secretaria das Cidades que é prática da  
98 Secretaria além dos leilões nas pequenas comunidades e que entendem que é muito importante a  
99 participação da população. Vai ser chamada a comunidade para debater junto principalmente  
100 nas casas de obras. Disse ainda que acredita que na abertura desses acessos na BR 116 até o  
101 Conjunto Palmeiras vai ser possível um cidadão de bicicleta pela ciclovia chegar ao Parque do  
102 Cocó. Passada a palavra para doutora Lúcia Teixeira que responde a pergunta da Conselheira  
103 Vlândia dizendo que o Plano de Manejo vem sendo trabalhado, acompanhado juntamente com a  
104 Semace, por motivo da proposta de criação de um Mosaico e disse também que na parte da  
105 dragagem a Semace acompanhou para escolherem os locais adequados onde seriam feitos os  
106 depósitos. Falou que a configuração da Via Paisagística que se demarque o físico para que não

## ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA

107 haja mais invasões e o Plano de Manejo também. Disse que está mais ou menos trabalhado em  
108 conjunto por conta de querer criar um Parque. Palavra com o Conselheiro Genário da Fundação  
109 Cepema que parabeniza a duplicação da obra que vai ajudar o Bairro Boa Vista e a pergunta é  
110 relacionada com a questão do Aterro desativado do Jangurussu, se há alguma intervenção de  
111 incentivo, se há algum estudo relacionado ao chorume nesse sentido ou há algo para conter isso.  
112 A outra pergunta é com relação a interligação da Prefeitura construir uma ponte do José Walter  
113 e se está agregado ao projeto. O senhor Marcelo diz que a informação obtida pela Cagece que  
114 está vinculada a Secretaria das Cidades que um dos coletores que passam na margem esquerda  
115 vai fazer a captação do chorume da Lagoa de estabilização do aterro. E quanto a segunda parte  
116 quanto a Urbanização Paisagística do Cocó se interliga na via construída pela Prefeitura de  
117 Fortaleza com entradas normais nas vias de ciclovias. Palavra com o Conselheiro Franzé da  
118 Germinare que parabeniza a doutora Lúcia Teixeira pelo trabalho, pela lógica e pela maneira que  
119 se comportou na Semace e pelo seu trabalho. Também saúda a vinda do Presidente do conselho  
120 e o pede que prestigie o COEMA. Diz também que o projeto apresentado se não resolverá no  
121 mínimo minimizará muito a problemática que existem no Cocó e que o projeto no seu social e  
122 ambiental é importantíssimo para o Estado e é Marco; que é um projeto estratégico na sua  
123 política ambiental importante. Disse que não conhece nos últimos 10 anos no Estado do Ceará  
124 projetos numa área tão estratégico aqui para Fortaleza como o projeto do Maranguapinho. Falou  
125 que conhece bem o projeto do Cocó. Indagou que no primeiro projeto a Barragem Palmeiras que  
126 foi dito pelo apresentar que houve uma mudança do projeto, que ao invés de uma serão duas  
127 barragens. O Conselheiro Franzé pede que o arquiteto Marcelo detalhe mais um pouco a  
128 localização dos novos lagos e pede um esclarecimento do problema quanto ao preço e área de  
129 recepção. Palavra para o Arquiteto Marcelo das Cidade que responde ao conselheiro Franzé  
130 mostrando um slide do Mapa de Localização e diz que no problema da Barragem Palmeiras foi  
131 enviado por duas vezes para o Comitê de Segurança de Barragens e que sempre o problema da  
132 Barragem Palmeiras era o impacto financeiro. Com relação ao assentamento 1.600 família que  
133 ainda vão ser retiradas vão para outro reassentamento que foi comparado pelo Governo do  
134 Estado no Bairro de Messejana e lá terão edificações multifamiliares de três pavimentos e casa de  
135 dois e três quartos. Palavra com o Conselheiro Augustinho Moreira da A.L. Comissão dos  
136 Recursos Hídricos parabenizando ao doutor Paulo Lustosa por sua posse Presidindo o CONPAM e  
137 disse que é um novo momento que o Coema está passando. Disse também que vai ficar com  
138 saudade da doutora Lúcia Teixeira que tão bem defendeu o meio ambiente quando se posicionou  
139 contrária ao projeto do Governo do Estado com relação a dispensa do licenciamento. Perguntou  
140 ao arquiteto Marcelo sobre o reassentamentos das 2.300 famílias por conta de de ver algumas  
141 pessoas estavam se apossando de um terreno, se esse terreno está dentro da área do projeto.  
142 Responde o arquiteto Marcelo que aquelas pessoas tinham ido à Secretaria das Cidades no final  
143 de 2009 e meados de 2010 e que são formadas por sem terras e sem tetos e a primeira intensão  
144 dessas pessoas eram ocupar as área de proteção da Barragem Palmeiras, que o Secretário  
145 Cartaxo negou. Disse também que está havendo uma negociação entre a família Montenegro que  
146 é a proprietária daquela área com a intermediação da Prefeitura de Fortaleza. O Conselheiro  
147 Torres de Melo da Faec, concorda com as palavras do Conselheiro Franzé com relação à doutora  
148 Lúcia Teixeira e dá as boas vindas ao Presidente do Conpam, doutor Paulo Lustosa. Diz ainda que  
149 o Presidente já chegou fazendo uma boa articulação política e fazendo com que o quorum do  
150 Coema tenha mais facilidade. Diz que tem duas observações pertinentes com relação ao Cocó e  
151 que a preocupação da Federação é sempre pertinente ao direito de propriedade. Fala que o  
152 Parque do Cocó é eivado de vícios jurídicos e que o direito de propriedade não foram cumpridas.  
153 Indaga o que será desses pequenos proprietários e pergunta se vai ser dado direito de  
154 propriedade e se vão ser pagas justas indenizações a esses pequenos proprietários. Diz ainda que  
155 também o causa preocupação de garantir o cidadão o direito de livre arbitro de fazer o que ele  
156 quiser com o dinheiro dele. Pergunta como vai ser o ordenamento dessas áreas desocupadas e  
157 como preservar essa área de novas ocupações. Pergunta também como fazer para chamar os  
158 entres privados a participar com o Governo nesses projetos de reassentamento e como acelerar  
159 esse desenvolvimento socioeconômico. Responde o arquiteto Marcelo que essas famílias terão

## ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA

160 como relocação principal o Assentamento Palpina com 1.600 unidades, haverá habitações  
161 multifamiliares e que dentro dessas habitações terão casas tudo definido conforme um cadastro  
162 feito em campo, que existem estabelecimentos comerciais mas que não tem a modalidade dos  
163 estabelecimentos comerciais que serão avaliados, pagos e que a pessoa faz o que quiser com o  
164 dinheiro. Disse que para assegurar se a família vai comprar a casa eles fazem um  
165 acompanhamento e vão em qualquer local, pagam e entregam a escritura da casa para aquela  
166 família. Disse que o monitoramento é de acordo com o perfil do cadastro. A doutora Lúcia  
167 Teixeira responde uma observação feita pelo Conselheiro Torres de Melo com relação de  
168 indenizações que não foram pagas entorno do Cocó, esclareceu que naquela área de fato existem  
169 ações que tramitam há quase 20 anos e que o Estado não desapropriou nenhuma, porque tem  
170 um decreto e que as indenizações são aquelas pessoas que se sentiram prejudicadas com a  
171 colocação daquelas correntes e que o Estado defende em não pagar essas indenizações, mas que  
172 naquela área não houve desapropriações pelo Estado. O Presidente do Conselho coloca em  
173 votação a matéria apresentada referente ao Parecer Técnico Nº 96/2011-COPAM-NUCAM  
174 referente ao Projeto de Obras de Urbanização do Rio Cocó nos trechos de início da BR 116 e  
175 término na Avenida que liga o Conjunto Palmeiras ao Conjunto Ceará, município de Fortaleza, de  
176 interesse da Secretaria das Cidades. O Presidente da Mesa informa a aprovação do projeto com  
177 25 votos, aprovado por unanimidade. Passando para o segundo item da ordem do dia  
178 apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 102/2011-COPAM-NUCAM referente  
179 ao Aterro Sanitário Consociado dos municípios Paracuru, Paraipaba e Trairí de interesse da  
180 Secretaria das Cidades com audiência pública realizada no dia 26/11/10. Passada a palavra para  
181 a Geógrafa Vanessa representando a Secretaria das Cidades e a Consultoria que elaborou e  
182 executou os estudos de impacto ambiental, saudando todos os presentes e apresentou os Estudos  
183 de Imapacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Foi apresentado pelo Arquiteto  
184 Marcelo da Secretaria das Cidades a parte de infraestrutura do projeto. Findada a apresentação  
185 do projeto o Presidente do Conselho faculta a palavra para os inscrito e pedindo que as  
186 perguntas e questionamentos sejam bem objetivos para que todos os itens da pauta sejam  
187 apresentados e votados. O Conselheiro Luiz Carlos da SRH quer um esclarecimento porque tem  
188 uma estação de transferência no município de Trairi e quer saber o local dessa triagem foi feito  
189 algum estudo. O conselheiro José Maria Freire do SENGE, diz que é um empreendimento de  
190 grande importância, porque nao viu no parecer uma designação de areas que seriam  
191 reflorestadas e em que. Diz que no parecer que as espécies deveriam ter diversidades e  
192 preservadas. Questiona também no que a Geóloga citou de que há uma possibilidade de  
193 aproveitamento de gases, e diz que não deveria ser colocado dessa forma e solicita apenas um  
194 comentário sobre isso. A Conselheira Vlândia da UFC disse que tem curiosidade com a questão  
195 que o Conselheiro do Senge, a impostância da história do Aterro e que é um problema muito  
196 grande onde vai se instalar e pergunta aonde é extamente a localização e o tipo do solo onde vai  
197 ser o Aterro. O Conselheiro Genário azevedo da Fundação Cepema disse que tem uma  
198 dificuldade com relção as infrações de transbordo, mas é a relação do consórcio com o muicípio  
199 que vai ter a maior distância. Se financeiramente esse município vai aguentar o tranco já que  
200 não cobra tarifa de resíduo e não tem taxa de lixo e geralmente o IPTU desses municípios não  
201 geram nada. Disse também que nao viu o Programa de Educação Ambiental voltada para a  
202 Coleta Seletiva e o Projeto da Política de Catadores e nao viu também a disposição do material  
203 contaminante. O Conselheiro Djalma do Ibama, questiona que foi falado em Unidade de  
204 Conservação mas ficou a dúvida da distância, como vai ser feito o monitoramento, a se houver  
205 compensação ambiental vai ser aplicada em que Unidade de Conservação e em que tipo. O  
206 Conselheiro Franzé da Germinare diz que é um dia especial com mais um projeto  
207 importantíssimo no âmbito ambiental e diz que quanto ao projeto técnico não tem nenhuma  
208 dúvida porque foi apresentado por uma pessoa que tem muito experiência e que já fez outros  
209 projetos e por isso não tem nada a colocar nem quanto ao projeto e nem quanto a parte  
210 ambiental. Diz apenas que o grande problema não é em implantar o Aterro Sanitário são as  
211 operações dos aterros sanitários. Pergunta como é a logística do consórcio porque o grande  
212 problema é o custo e a operação do aterro sanitário e questiona sobre o Plano de Gerenciamento

## ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA

213 que deve ter dentro do projeto. O Conselheiro Henrique Torres de Melo da Faec, falou que foi  
214 muito pertinente o questionamento da Conselheira Vlândia da UFC quanto a contaminação do  
215 solo, porque está muito perto da Bacia do Rio Curu que é uma Bacia muito importnte para  
216 hidrografia da Bacia no Ceará dentro da figura da fruticultura porque o município de Paraipaba é  
217 um Pólo de Agricultor e que não podemos ter contaminação nem na gua e nem na produção de  
218 alimentos. Disse também que a colocação do Conselheiro Genário foi muito pertinente na  
219 questão do aproveitamento do biogás e pergunta quais os poderes de influência que os  
220 Conselheiros podem ter nas tomadas de decisões nas políticas públicas no Estado do Ceará,  
221 porque os Conselheiros vêm de forma muito acelerada e que virão um mero votador de sim ou  
222 não e não discutem com mais profundidade a questão das políticas públicas que podem sinalizar  
223 um novo Ceará para a geração futura. Questiona também para que se faça uma concorrência  
224 pública tanto para a coleta seletiva e para linha de energia para participarem desse projeto. Disse  
225 que a Federação pode colaborar na linha da educação, que são apreceiros do Estado, do Sebrae e  
226 da Fiec e que são ações e que têm sindicatos nesses municípios que abrange o projeto. O  
227 Conselheiro Augustinho Moreira da Assembléia Legislativa, disse que observa a fala de todos e  
228 disse que cada um tem razão e que na referida reunião que estão reunidos é de uma coisa que  
229 não vai acontecer por conta da nova lei criada pelo Governo dos apelos da Autodeclaração o  
230 conselheiro tem certeza absoluta que o município de Trairi sairá do consórcio. O Presidente da  
231 Mesa esclareceu que o processo simplificado de aterro sanitário respeita a deliberação do  
232 Conama e nesse sentido as Prefeituras já poem recorrer ao Processo Simplificado de  
233 Licenciamento que está previsto na Resolução do Conama. Continua o Conselheiro Augustinho  
234 Moreira que diz ter ficado mais tranquilo e perunta qual a distânci do Aterro para a Comunidade  
235 de Carnaúba, porque disse que no parecer dá a entender que a comunidade vai ser poluída.  
236 Disse que não ficou muito clara a questão dos três muncípios e disse que a poliítica dos Resíduos  
237 Sólidos dará um prazo e que até agosto de 2014 não poderá nenhum resíduo reciclável ir para o  
238 Aterro Sanitário e pergunta como esses municípios começariam a trabalhar nessa questão.  
239 Respondido pelo doutor Paiva com relação aos resíduos sólidos fica na responsabilidade do  
240 consórcio e não do município, a responsabilidade financeira técnica da própria já é do próprio  
241 consórcio, porque o consórcio vai administrar toda a gestão do aterro. A área foi cedida pela  
242 Prefeitura para o transbordo e vai ser incorporado conforme a lei manda fazer e a recuperação  
243 do lixão a empresa terá a mesma tecnologia do aterro; quanto a contaminação a área já foi  
244 utilizada para a agricultura; a questão do aproveitamento do biogás disse que há possibilidade  
245 do aproveitamento do biogás mas que não é implantado de imediato, haverá uma avaliação; a  
246 comunidade é de Carnaúba e que se encontra de 10 a 15 metros; o solo tem uma característica  
247 areno argiloso e todo aterro será protegido, a área será toda trabalhada e nessa área trabalhada  
248 será colocada um solo argiloso e será plantada uma manta plástica que terá uma outra proteção  
249 em cima dessa manta. Disse que procura-se evitar qualquer tipo de contaminação; Disse também  
250 que não há unidade de conservação próximo da área e que está totalmente dentro que a lei  
251 presumiu; que esta bem distante do manancial acerca de 10 Km e não há perigo de  
252 contaminação. Disse que o projeto em si fala na Coleta Seletiva, fala na responsabilidade dos  
253 municípios e leva a coleta seletiva para ajudar no tratamento. Com relação a logística é na fase  
254 operacional pelo consórcio e paga por tonelada. A Secretária executiva responde a pergunta do  
255 Ibama com relação a compensação ambiental e diz que o procedimento, a fixação da  
256 compensação ambiental é feita através do Termo de Compensação Ambiental após a aprovação  
257 do parecer e quando dá início a licença, até porque tem que ver os custos porque é baseado nisso  
258 e fica na licença o compromisso de assinar o Termo e no caso a empresa que é a Secretaria das  
259 Cidades ela pode sugerir onde aplicar que é assinado no Termo e é levado para a Câmara de  
260 Compensação Ambiental para resolver. Projeto em votação. O Presidente do Conselho faz a  
261 leitura da aprovação do Parecer Técnico Nº 102/2011-COPAM-NUCAM referente ao Aterro  
262 Sanitário Consociável dos municípios Paracuru, Paraipaba e Trairí de interesse da Secretaria das  
263 Cidades, Estado do Ceará com 21 votos a favor e 01 abstenção. Passado para o terceiro item da  
264 pauta apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 88/2011-COPAM-NUCAM

## ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA

265 referente ao Projeto Barragem Fronteiras de interesse da Departamento Nacional de Obras  
266 Contra as Secas – DNOCS, com audiência pública realizada no dia 19/11/10. Passada a palavra  
267 para o Professor Pardaian que fez a apresentação do projeto. Findada a apresentação o  
268 Presidente coloca a matéria em discussão. O Conselheiro Luiz Carlos da SRH elogia o Professor  
269 dizendo que ele tem uma experiência muito grande e indaga que ele sabe de todos os cuidados  
270 com a questão de reassentamento de população nas Barragens e pergunta qual foi o motivo de  
271 mudar a barragem que ia ser de terra para CCR. Respondido pelo Professor P que a barragem é  
272 toda de terra e a única parte de CCR que foi mudada é o vertedouro central que vai servir de  
273 sangradouro da Barragem. O Conselheiro Genário questiona que na área existem algumas  
274 comunidades indígenas e pergunta se foi feito o estudo da região e se houve esse estudo com a  
275 Funai/DNOCS. Respondido pelo Professor P que da área da bacia hidráulica até a algo de 480m<sup>3</sup>  
276 ela cobre 800.000 hectares do lado da Barragem e foi feito um cadastro família por família e  
277 dentro da área a ser coberta não tem comunidade indígena. O Conselheiro Genário fala que o  
278 correto é fazer a consulta à Funai, porque quando é feito o cadastro família por família não há  
279 identificação desses grupos e família por família não diz qual é a etnia dela declarada.  
280 Respondido pelo Professor que vai transmitir a questão do conselheiro para o DNOCS e solicitar  
281 para consultarmos a Funai. O Conselheiro Torre de Melo da Faec disse que achou pertinente a  
282 preocupação do Conselheiro Genário e disse da preocupação da Federação com relação a área  
283 impactada com o barramento, mas não vi as propriedades rurais na classificação do projeto.  
284 Disse que está havendo um problema com a Barragem do Jenipapeiro por conta das indenizações  
285 que não de acordo com o valor atual. Achou que a informação está falho quanto a quantidade de  
286 propriedades nos reassentamentos, porque não ficou claro no parecer, na página 02, a  
287 quantidade de imóveis rurais. Respondido pelo Professor P que todos os dados estão nos slides e  
288 no relatório e foram encaminhados à Semace. Disse que foi feito um levantamento com base no  
289 domicílio dentro da bacia hidráulica do futuro açude e que foi feito um levantamento de todas as  
290 casas, de todas as famílias, tudo da população rural e também foi feito um Cadastro para Fins de  
291 Indenizações Proprietárias. Disse também que foi feito um levantamento dos distritos que é a  
292 população urbana e de toda a população rural. A Secretária Executiva responde que quer  
293 tranquilizar o Conselheiro com relação a questão indígena que quando há alguma notícia ou até  
294 alguma reclamação a Semace vai direto ao site da Funai colher os dados ou até mesmo vai um  
295 grupo e trabalho. Disse que a Semace tem todo o cuidado e que tem um acerto com a Funai que  
296 quando houver demanda é remetida à ela para que ela se manifeste. O Conselheiro Augustinho  
297 Moreira fala que a explanação foi muita rápida e que as consequências serão muito graves. Disse  
298 que são 04 comunidades, Curral Velho, Poti, Cabaças e Assis. Pergunta se as propriedades que  
299 estão desocupadas já conseguiram identificar o seus donos para indenizarem. Respondido pelo  
300 Professor P que são duas coisas distintas: uma coisa é o proprietário receber a sua indenização e  
301 vão embora e alguns já nem moram lá, a maioria é de Crateús. Já foi feito o cadastro e essas  
302 casas ditas como desocupadas já foram cadastradas para efeito da propriedade como um todo. O  
303 Presidente coloca em votação a matéria discutida. A Secretária Executiva faz a chamada da  
304 votação. O Conselheiro da GERMINARE, declara o seu voto parabenizando o Professor Farias  
305 pela sua apresentação e diz que o apresentador tem muita experiência, parabeniza os Planos de  
306 Reassentamento tanto da Secretaria das Cidades como o DNOCS, parabeniza a Semace com  
307 relação ao parecer técnico quando cita que a Semace está favorável ao projeto, porque foi uma  
308 reivindicação da Germinare na reunião passada e que vota tranquilamente a favor. O Presidente  
309 fez a leitura da aprovação do Parecer Técnico Nº 88/2011-COPAM-NUCAM referente ao Projeto  
310 Barragem Fronteiras de interesse da Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS  
311 com 22 votos favoráveis e 01 abstenção. O Presidente agradece a presença de todos, agradecer o  
312 quorum e agradecer as palavras de boas vindas e cumprimentar à Doutora Lúcia, que todos do  
313 Conselho são testemunhas do seu trabalho que está fazendo, que foi feito a frente da Semace  
314 desde quando assumiu o desafio de reestruturar, reorganizar e fortalecer esse Órgão que é  
315 fundamental para o Estado do Ceará e se despede pedindo uma salva de palmas para a  
316 Superintendente da Semace e Secretária Executiva, doutora Lúcia Teixeira.